



O TURISMO EM ALTA FLORESTA-MT: plano municipal do turismo como proposta de desenvolvimento

TOURISM IN ALTA FLORESTA-MT: municipal plan of tourism as a development proposal

Elisângela de Souza*
Vanusia Santos de Oliveira**

Resumo: Este artigo tem como objetivo investigar o Plano de Turismo de Alta Floresta (Mato Grosso), como parte dos programas compensatórios decorrentes da construção da usina hidrelétrica no Rio Teles Pires. Para a compreensão do processo de elaboração do Plano de Turismo no Município, utilizou-se como estratégia metodológica a abordagem qualitativa, mediante aplicação de questionários junto aos atores ligados ao turismo local. A pesquisa constatou que há problemas na comunicação entre os setores públicos, privados e governanças do turismo. Vale ressaltar que para a atividade do turismo venha se consolidar como uma das fontes econômicas do município, será necessário o entendimento do modelo integrador, articulado e discutido de forma participativa na elaboração de políticas públicas assertivas e pontuais.

Palavras-chave: Administração. Alta Floresta-MT. Amazônia Mato-grossense. Planejamento do Turismo.

Abstract: This article aims to investigate the Alta Floresta Tourism Plan (Mato Grosso), as part of the compensatory programs resulting from the construction of the hydroelectric plant on the Teles Pires River. To understand the process of elaborating the Tourism Plan in the Municipality, the qualitative approach was used as a methodological strategy, through the application of questionnaires with the actors linked to local tourism. The survey found that there are problems in communication between the public, private and tourism governance sectors. It is worth mentioning that for tourism activity to become consolidated as one of the municipality's economic sources, it will be necessary to understand the integrative model, articulated and discussed in a participatory manner in the development of assertive and punctual public policies.

Keywords: Administration. Alta Floresta-MT. Amazônia Mato-grossense. Tourism Planning.

1 Introdução

A atividade turística tem grande influência na sociedade, por envolver uma rede muito diversificada de fatores que estão ligados direta e indiretamente ao serviço e produto turístico. Portanto, trata-se de uma atividade altamente dinâmica, que pode impactar a comunidade receptiva e o meio ambiente, nos hábitos culturais, na economia e no cotidiano das pessoas.

* Possui graduação em Matemática pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE). Atualmente é docente de Matemática do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Matemática, atuando principalmente nos seguintes temas: prova brasil, matemática, desigualdades raciais, avaliação do ensino e educação superior. Lattes:<http://lattes.cnpq.br/6676171427644326>. E-mail: lisdapaz@hotmail.com

** Graduanda do Curso Bacharelado em Administração pelo Instituto Federal de Mato Grosso, Campus Alta Floresta. E-mail: vanusia1515@gmail.com.

De modo que, pensar o espaço turístico e seu planejamento, implica elaborar políticas públicas que contribuam para melhor estruturação dos recursos cultural, natural e social de uma localidade. Para Palermo, G. Netto e Cruz (2007) as políticas públicas precisam dar prioridade à capacitação da mão de obra do setor, desenvolver as habilidades técnicas na gestão pública e privada, promover a comunicação e articulação de todos os envolvidos na atividade do turismo local.

O Plano Nacional de Turismo 2018-2022 (PNT) é um documento que estabelece diretrizes e estratégias para a efetivação da Política Nacional de Turismo (PNT), construído em com a colaboração do Ministério do Turismo, Embratur e agentes públicos e privados. As metas apresentadas no PNT servem de parâmetros norteadores para a atuação dos setores envolvidos. (BRASIL, 2018a).

A implementação do planejamento turístico vai além da sua elaboração e execução, e neste processo é preciso analisar que existe um ambiente a ser considerado e olhado de fora para dentro e de dentro para fora. Este delineamento deve buscar minimizar os ruídos na comunicação entre os envolvidos, administrar a ausência de habilidades técnicas no setor público e evitar a exclusão do envolvimento da comunidade local (DIAS, 2003). Para Tonon e Cardozo (2013, p. 10), o impedimento se dá principalmente, pela ausência das habilidades técnicas da gestão pública local que desconsidera o envolvimento da comunidade no planejamento participativo do turismo.

O Plano Nacional de Turismo 2018-2022 apresenta como diretrizes: “fortalecimento da regionalização; melhoria da qualidade e competitividade; incentivo à inovação; e promoção da sustentabilidade” (BRASIL, 2018a, p.54). Estas diretrizes objetivam auxiliar na organização e na implementação das políticas públicas ligadas ao turismo.

No período de 2013 a 2015, foi elaborado o Plano de Turismo para o município de Alta Floresta, localizada no extremo norte do estado de Mato Grosso, seguindo os processos metodológicos do Ministério do Turismo (MTUR), pela Usina Hidrelétrica Teles Pires (UHE TELES PIRES), Serviços de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-MT) e Instituto Marca Brasil (IMB) (UHE TELES PIRES, 2014).

O objetivo deste trabalho foi o de analisar a elaboração do Plano de Turismo de Alta Floresta-MT, através da percepção dos atores locais representantes de instituições

privadas, poder público e terceiro setor quanto ao processo turístico municipal.¹ Para cumprir tal objetivo, a estratégia metodológica adotada foi abordagem qualitativa como processo de reflexão e análise da realidade, através da utilização de métodos e técnicas para entendimento do objeto de estudo, mediante aplicação de questionários semiestruturados, perguntas abertas e fechadas.

O motivo que levou a estudar o desenvolvimento do turismo em Alta Floresta-MT deu-se pela importância do planejamento e monitoramento da atividade turística como fator econômico sustentável, efetivamente estruturado e competitivo. De acordo com Sachs (2002), o desenvolvimento sustentável vai além da questão ambiental, abrangendo as esferas do poder econômico e social, a sustentabilidade cultural, a distribuição territorial e a sustentabilidade política, sendo esta a condutora da conciliação do desenvolvimento com a conservação da biodiversidade.

De maneira que, o potencial dos recursos hídricos da bacia hidrográfica Tele Pires atraiu para a região investimentos em construção de barragens hidrelétricas, e como medida compensatória Usina Hidrelétrica Teles Pires instalada na região elaborou o P.38 - Programa de Apoio à Revitalização e Incremento da Atividade do Turismo elaborar o Plano de Turismo de Alta Floresta. Esta ação pertence ao Projeto Básico Ambiental (PBA) da UHE Teles Pires, dentro do bloco Programas Compensatórios. (UHE TELES PIRES, 2011).

A seguir, será exposto sobre as políticas públicas relacionadas ao turismo e seus desdobramentos. O artigo abordará ainda sobre a atividade turística no município de Alta Floresta-MT e trará alguns aspectos que envolvem o planejamento e a gestão deste setor na região. Após o panorama apresentado, será explicitado o caminho metodológico da pesquisa, a análise dos resultados e por último, as considerações finais do trabalho.

2 Políticas públicas para o desenvolvimento do turismo

As políticas públicas são, em geral, formuladas e deliberadas pelos governos mesmo quando há a participação dos cidadãos, de entidades não governamentais. Para Hall (2001, p. 26), “a política pública para o turismo é tudo o que os governos decidem fazer ou não com relação ao setor”. Carvalho (2000, p. 99) define as políticas públicas em turismo como as que “compreendem um conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa

¹ O presente artigo decorreu da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso de uma de suas autoras.

de valores que se encontram consubstanciadas, amparadas legalmente nos programas, projetos, planos, metas e orçamentos dos poderes públicos (federal, estadual ou municipal). ”

O desenvolvimento do turismo no Brasil tem sido monitorado pelo governo federal através de instrumentos de gestão e planejamento, de maneira que os investimentos em infraestrutura ocorram a nível territorial, distributivo e pontual. Fritzen, Rudzewicz e Ceretta (2015) destacam que, as ações em relação ao planejamento e gestão do turismo têm se consolidado após a criação em 2003 do Ministério de Turismo, por este procurar conduzir as políticas públicas de forma descentralizada.

Tendo em vista a regionalização, a PNT tem na sua essência o aprimoramento de suas ações com a dinâmica de dados atualizados das últimas décadas, com enfoque no Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), institucionalizado em 1994 (BRASIL, 2013).

Assim sendo, as estratégias de implantação das políticas públicas devem minimizar a exclusão social local adotando medidas introdutórias da comunidade por meios de sensibilização e mobilização. De acordo com Dias (2003), as ações participativas oferecem subsídios para a definição das diretrizes, metas e objetivos de um destino, quando formalmente institucionalizado, torna-se um diferencial competitivo porque auxiliam na tomada de decisões mais assertivas por meios apropriados e científicos.

De modo que, o PNMT, cujo objetivo era oportunizar o desenvolvimento econômico aos municípios, editado no ano de 1994, foi adaptado para o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT), que funciona como canal de convergência e interação das ações verticais do Governo Federal com os governos Estaduais e Municipais (BRASIL,2013).

Segundo Brusadin (2005), o PNMT tinha como proposta trazer uma metodologia de planejamento com perspectiva participativa, na qual o método consistia na capacitação através de oficinas. Este programa propunha uma nova organização do turismo local sustentada nos Conselhos Municipais de Turismo e nos Fundos Municipais de Turismo. A proposta era que os conselhos seriam de caráter consultivo e composto com a mesma proporção de representantes do setor público, da sociedade civil e do setor privado (TRENTIN; FRATUCCI, 2011).

Todavia, o PRT que é um programa do Macro Programa – Estruturação e Diversificação da Oferta Turística foi executado por métodos de gestão descentralizada e

regional, participativo, coordenado e planejado através de debates por todo país, conseguindo mapear o turismo brasileiro de maneira caracterizada e regional. De modo que, essa ação conjunta resultou na criação do Mapa da Regionalização do Turismo, ferramenta que embasa e norteia o Ministério do Turismo em seus programas de investimentos (BRASIL, 2013).

Porém, os desafios da interiorização do turismo no Brasil exigiam maior disciplina na sua estruturação e padronização do seu potencial de oferta turística. As experiências acumuladas ao longo do PRT oportunizaram a geração das Diretrizes Operacionais, documento norteador que posteriormente foi dividido em módulos operacionais. Os módulos operacionais são uma coletânea com nove volumes destinada a qualificação dos atores envolvidos no processo da atividade do turismo (BRASIL, 2013).

Trentin e Fratucci (2011) sinalizaram que o PRT não alcançou os resultados esperados, indicando que a ausência de interação entre os responsáveis. Os autores revelaram ainda, que os problemas relacionados à articulação com a organização regional levaram o MTUR a rever a metodologia empregada no programa.

De modo que, o Ministério do Turismo (MTUR) divulgou no ano de 2005, a primeira fase do marketing do turismo brasileiro, o Plano Cores do Brasil, que é um instrumento técnico e metodológico, para organizar a qualidade competitiva do turismo brasileiro a partir do Inventário da Oferta Turística (INVTUR). Todo o processo de inventário se deu pela participação e integrada e interinstitucional, intersetorial e comunidades, o que gerou informações sobre a realidade da oferta turística a partir da identificação dos equipamentos e serviços e dos produtos turísticos formatados existentes (PEREIRA *et al.*, 2018).

Quando um país se propõe priorizar a atividade turística, está pensando em longo prazo. Todavia, um planejamento precisa ser holístico e inclusivo, fortalecer as relações de confiança dos parceiros e da sociedade, que seja referência para todas as suas atuações em um âmbito temporal e que estabeleça as bases e estratégias para todas as suas atuações futuras. (BRASIL, 2007).

3 Atividade turística no município de Alta Floresta -MT

A Política Nacional do Turismo é regida por princípios estabelecidos na Lei_Geral do Turismo, que determina a regionalização e descentralização como forma de gestão do

turismo brasileiro, incumbindo o Programa de Regionalização do Turismo de ser o elo de convergência entre ações do MTUR e as políticas públicas dos municípios de acordo com Portaria MTUR nº 119 de 8 de abril de 2016 (BRASIL, 2016).

Ainda que um município não tenha uma vocação natural para o turismo, mas que forneça mão de obra ou produtos que atendam o turista, este município pode ser beneficiado pelo Programa de Regionalização do Turismo. O programa tem como objetivo oferecer ferramentas e subsídios para o fortalecimento do turismo nas regiões através dos órgãos municipais de turismo, que são estruturas organizacionais e essenciais para a construção do mapeamento do turismo brasileiro. (BRASIL, 2017).

Segundo Dias (2003), toda e qualquer política de turismo em nível municipal deve estar alinhada com a federal, para evitar multiplicidade de ações e discordância, facilitando usufruir dos benefícios tanto em promoção quanto em financiamentos para infraestrutura. De acordo com a Portaria nº 192/2018 do MTUR, mostra as condições para um município compor o Mapa do Turismo Brasileiro:

I – comprovar a existência de órgão ou entidade responsável pela pasta de turismo, por meio da apresentação de legislação referente à estrutura administrativa da Prefeitura Municipal; II – comprovar a existência de dotação orçamentária destinada ao turismo, por meio da apresentação da Lei Orçamentária Anual – LOA e do Quadro de Detalhamento de Despesa – QDD vigentes; III – comprovar a existência de Conselho Municipal de Turismo ativo, mediante a apresentação da legislação que o institui, da ata de posse da atual diretoria e das atas das duas últimas reuniões realizadas; IV – possuir prestador (es) de serviços turísticos de atividades obrigatórias registrado (s) na base de dados do Sistema de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos – Cadastur até 30 (trinta) dias antes da data de fechamento do Sistema de Informações do Programa de Regionalização do Turismo – SISPRIT; e V – apresentar Termo de Compromisso assinado pelo Prefeito Municipal e pelo dirigente responsável pela pasta de turismo, conforme modelo disponibilizado pelo Ministério do Turismo, aderindo de forma espontânea e formal ao Programa de Regionalização do Turismo e à região turística. (BRASIL, 2018b).

Assim, os destinos roteirizados no “Mapa do Turismo Brasileiro” atendem às normas estabelecidas pela política nacional do turismo recebendo Certificações, que são selos digitais e poderão ser emitidos pelos municípios, conselhos municipais de turismo, pelas instâncias de governanças regionais de turismo formalizadas, onde o turismo é visto como política de desenvolvimento econômico, geração de empregos e renda. No ano de 1996, a Alta Floresta recebeu o selo de município com potencial turístico (UHE TELES PIRES, 2013).

De acordo com o “Mapa do Turismo Brasileiro”, o município de Alta Floresta pertence à Região Turística Amazônia Mato-grossense e macrorregião Centro Oeste. Segundo

dados da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDEC). O município está situado a 830 km da capital Cuiabá, e é a décima mais populosa do estado, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). O acesso a Alta Floresta pode ser por via terrestre pela BR-163, Rodovia. MT - 208 ou Rodovia MT 320, também por via aérea através do Aeroporto Regional (IBGE, 2010).

A Alta Floresta é composta pelo agronegócio, pecuária, comércio e com vocação natural para o ecoturismo, turismo de observação de pássaros e pesca esportiva. A vegetação predominante caracteriza-se pela floresta Amazônica, com rica biodiversidade e conta com infraestrutura em equipamentos turísticos e infraestrutura urbana. Entre os principais atrativos se destacam o Parque Estadual Cristalino, o Rio Teles Pires, o Rio Azul que contém grande variedade de espécies como o peixe Pirarara (*Phractocephalus hemiliopterus*), Jaús (*Zungaro zungaro*), Matrinchã (*Brycon amazonicus*), Tucunarés (*Cichla ocellaris*) entre outros; além de répteis (MATO GROSSO, 2019; IBGE, 2010).

4 Instrumentos de planejamento e gestão turística de Alta Floresta-MT

O Conselho Municipal de Turismo de Alta Floresta (COMTUR-Alta Floresta) foi criado no ano de 1999, pela Lei municipal nº 882/99 composto por quinze cadeiras das quais três representavam o setor de turismo. No ano de 2016 a Lei municipal nº 2.346/2016 alterou a composição para quatorze membros e aumentou a representação das empresas de turismo para seis cadeiras que equivalem a 42,86 % do total (ALTA FLORESTA- MT, 2016).

De modo que, a composição do COMTUR-Alta Floresta está distribuída entre a gestão pública municipal na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, Setor de Cultura e Juventude, Setor de Meio Ambiente, Setor de Engenharia, Setor de Esporte e Lazer. A Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFMT) também possuem cadeiras no conselho. A Sociedade Civil Organizada está representada pelas Agências de Viagens e Operadoras, Empresas do Segmento de Hospedagem, empresas do Segmento de Restaurantes, bares e similares, representante do Segmento de Turismo de Natureza (Ecoturismo ou Observação de Aves), representante do Profissional de Turismo (Turismólogo, Guia e Condutor de Turismo), representante do Segmento de Pesca Esportiva, representante da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) (ALTA FLORESTA - MT, 2016).

A criação do Fundo Municipal do Turismo de Alta Floresta (FUMTUR) foi no ano de 2004 pela Lei Municipal nº 1.350/2004, para apoiar desenvolvimento do turismo municipal, com recursos financeiros através de Programas e Projetos aprovados pelo Conselho Municipal de Turismo. Ele possui conta bancária, administrado pelo COMTUR, que indica dois membros do Conselho de Turismo para os cargos de Tesoureiro e Secretário que não são remunerados, devido se tratar de serviço de utilidade pública (ALTA FLORESTA -MT, 2004).

Segundo a UHE TELES PIRES (2014), o processo de capacitação dos atores do turismo local despertou o entendimento da integração da atividade turística e sua dimensão regional e que, os resultados positivos visando o mercado estadual, nacional e internacional, serão alcançados se “as diretrizes estratégicas, programas e projetos sugeridos” no documento apresentado sobre o Plano de Desenvolvimento do Turismo Municipal for operacionalizados pelos agentes do turismo local (UHE TELES PIRES, 2014, p. 67).

5 Metodologia

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de campo descritiva exploratória, com abordagem qualitativa e quantitativa. Uma das características da pesquisa qualitativa é a possibilidade de se obter informações restritas através de perguntas abertas mantendo o anonimato do pesquisado. Isso permite ao pesquisador maior proximidade com o problema, o que facilita a descrição das características da população ou fenômeno em estudo (GIL, 2017).

Os dados da pesquisa foram obtidos através da aplicação de questionários semiestruturados com perguntas abertas e fechadas, aplicados aos integrantes da governança de turismo denominado Grupo Gestor de Turismo, Conselho Municipal de Turismo, terceiro setor, Direção de Turismo Municipal e artesãos. A amostra do grupo pesquisado apresentou maior nível de escolaridade, no qual 18,18% têm somente graduação e 30,30% possuem pós-graduação.

Também foi elaborado um roteiro de perguntas direcionado ao Presidente da Federação de Pesca Esportiva mato-grossense identificado como Entrevistado 1. Ele foi o primeiro coordenador do Grupo Gestor. Enquanto a servidora pública municipal foi a Entrevistada 2. Ela atuou tanto na pasta de turismo quanto no COMTUR e na Câmara Regional do Turismo, no período de elaboração do Plano de Turismo Municipal. Ao todo

foram distribuídos 40 questionários, dos quais 33 respondidos e devolvidos, 1 entrevistado não respondeu e 6 questionários não foram devolvidos. O período de coleta de dados deu-se nos meses de julho a setembro de 2019.

O Grupo Gestor de Turismo é um comitê constituído pelo número representativo de setores ligados a atividade turística e possui natureza colaborativa com igualdade de participação. É conduzido por regimento interno, constituído pelo número representativo de setores ligados a atividade turística de Alta Floresta e escolhidos entre os seus pares. Os questionários foram aplicados visando analisar a percepção quanto ao desenvolvimento turístico, ao Plano Municipal de Turismo e as formas de participação nos processos decisórios ou na construção de políticas públicas para o turismo em Alta Floresta.

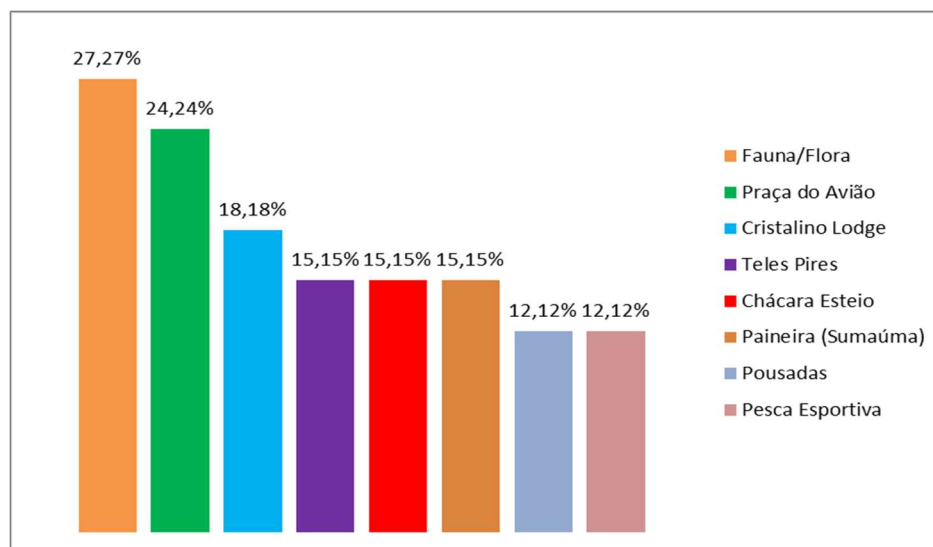
Considerando que no campo da pesquisa em turismo mesmo se utilizando de informações de dados primários e secundários, as fontes oficiais governamentais são imprescindíveis à pesquisa. Nesse estudo, os critérios de avaliação do plano de turismo do município de Alta Floresta-MT deram-se principalmente, mediante produção bibliográfica do MTUR, e também de referenciais bibliográficos de outros autores acerca da definição de conceitos e métodos científicos.

6 Resultados e discussão

Considerando que os entrevistados estavam aptos para participarem desta pesquisa, tendo em vista que alguns atuam diretamente na atividade turística, enquanto outros ocupam função participativa nas discussões locais, os dados obtidos pela aplicação do questionário semiestruturado foram submetidos ao processo de tabulação. Segundo a opinião de 90,91% do grupo entrevistado, a cidade de Alta Floresta é uma cidade turística, que demonstra que a maioria consegue perceber o potencial turístico da região. Cabe ressaltar que, mesmo que todos entrevistados estejam envolvidos com o turismo, a afirmativa não foi unânime.

Conforme os resultados das respostas apresentada no Gráfico 1, alguns locais e paisagens da cidade possuem características de atrativos ou equipamentos turísticos, segundo a percepção dos entrevistados. Segundo o MTUR “os atrativos turísticos podem ser naturais; culturais; atividades econômicas; eventos programados e realizações técnicas, científicas e artísticas” (BRASIL, 2018a, p. 9).

Gráfico 1 - Atrativos turísticos em Alta Floresta



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Nota: Essa pergunta dava margem a mais de uma resposta.

Para 27,27% dos entrevistados a fauna e a flora são os maiores atrativos locais, a Praça do Avião para 24,24% é um atrativo, o Hotel Cristalino Lodge fica em terceiro lugar com 18,18%, empatados com 15,15% estão Teles Pires (Rio), Chácara Esteio, Paineira (Sumaúma) e para 12,2% dos entrevistados estão as pousadas e a pesca esportiva. Os atrativos naturais predominam somando 87,87% das respostas dos entrevistados (Gráfico 1).

A Política Nacional de Turismo pode beneficiar os destinos que não tenha vocação natural para o turismo, mas que de alguma forma forneça serviços e/ou produtos que atenda o turista. Portanto, toda e qualquer política de turismo em nível municipal deve estar alinhada com a federal, para evitar multiplicidade de ações e discordância, facilitando usufruir dos benefícios tanto em promoção quanto em financiamentos para infraestrutura (DIAS, 2003).

A respeito dos programas, eventos ou ações relacionadas ao turismo em Alta Floresta, a Tabela 1 mostra que a maioria citou o Festival Gastronômico (18,18%), seguida da Gestão de Turismo da Usina Teles Pires em parceria com o SEBRAE (15,15%).

Tabela 1 - Programas e ações do turismo em Alta Floresta

Programas ou Ações	%
Festival Gastronômico - AEGAF	18,18%
Gestão de turismo UHE Teles Pires/SEBRAE	15,15%
Feira Municipal de Turismo - FEITAM	6,06%
Conselho Municipal de Turismo - COMTUR	9,09%
Grupo Gestor	9,09%
Balcão de turismo	9,09%
Plano Municipal de Turismo - PMT	6,06%
Regionalização do Turismo	3,12%

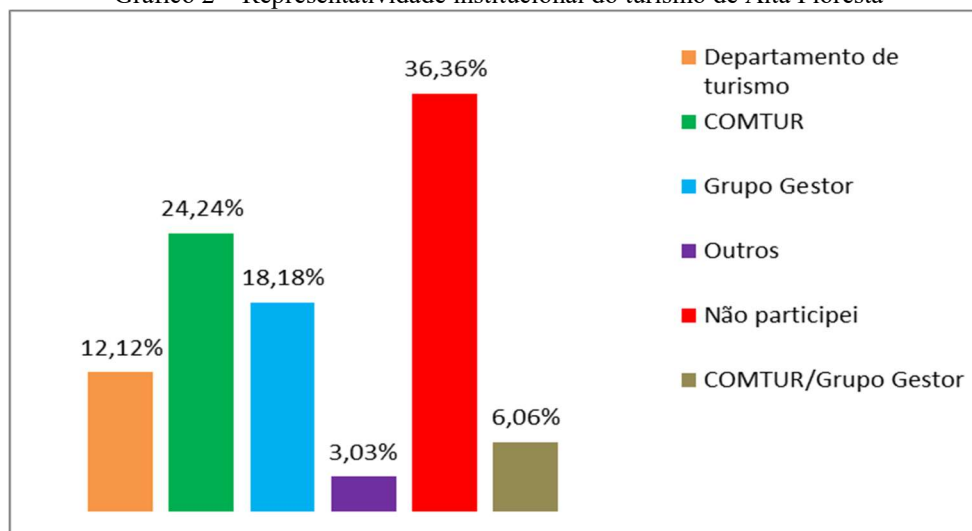
Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Nota: A pergunta dava margem para mais de uma resposta.

O formato de gestão do turismo sugerido pela Política Nacional do Turismo é a Gestão descentralizada e participativa, multidisciplinar e interativa, com responsabilidade socioambiental, por métodos coordenados, hierárquicos e institucionalizados através dos Conselhos municipais, Instância de Governança, Câmaras Regionais e Fóruns Estaduais e Conselho Nacional.

O Gráfico 2 ilustra a composição dos entrevistados em relação ao segmento de turismo nas organizações institucionalizada no município de Alta Floresta.

Gráfico 2 – Representatividade institucional do turismo de Alta Floresta



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

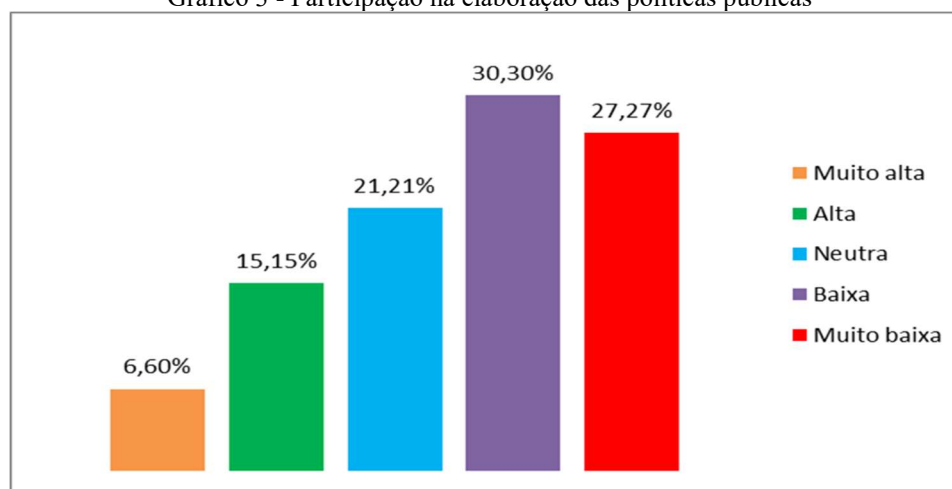
Nota: A opção CADASTUR não teve nenhuma indicação.

Considerando que o grupo pesquisado participa das atividades turísticas direta ou indiretamente, 36,36% dos entrevistados disseram não participar das discussões sobre o turismo, 24,24% participam do COMTUR, 18,18% integram o Grupo Gestor, 12,12% fazem

parte do setor público, enquanto 6,06% pesquisados estão no COMTUR e no Grupo Gestor e 3,03 % responderam outros.

O resultado obtido através dos questionários respondidos denota baixa participação na elaboração e acompanhamento das políticas públicas dos atores do turismo local, o que implica pouca demanda do setor para as questões pertinentes ao turismo (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Participação na elaboração das políticas públicas

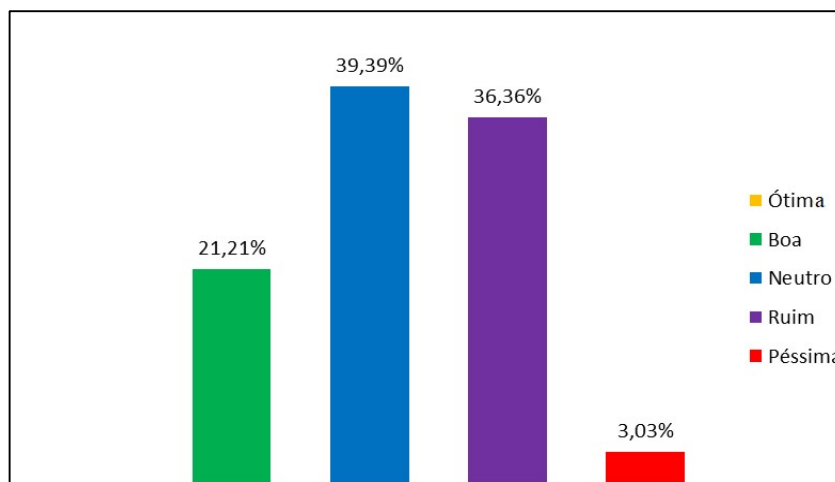


Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Para Brito (2017), as políticas públicas geralmente ocorrem de maneira parcial e excludente, o que contraria o princípio da transparência e contribuindo para a construção de medidas destoantes das necessidades efetivas dos atores ligados ao turismo local. Todavia, percebe-se que ainda no município a gestão do turismo ainda está desarticulada. A descontinuidade de projetos e planejamento são fatores que impedem o bom emprego das políticas públicas, geralmente afetadas por mudanças de governos, grupos com diferentes segmentos e pensamentos que resulta em movimentos excludentes, dispendiosos o que compromete nos resultados esperados.

De acordo com o questionário respondido pelo setor de turismo de Alta Floresta, foi possível identificar problemas no diálogo do setor público para o setor de turismo local, onde apenas 21,21% dos entrevistados responderam que há uma boa comunicação, como mostra o Gráfico 4. Cabe ressaltar que nenhum respondente afirmou que há uma ótima comunicação, indicando que muitos não são informados sobre documento e convocações de reuniões.

Gráfico 4 – A comunicação da Gestão Pública e Setor de Turismo em Alta Floresta



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Nota: A opção ótima não apresentou resposta.

Portanto, a comunicação intersetorial deve ser entendida como ferramenta para institucionalizar a articulação governo e sociedade civil, evitando assim, a unilateralidade nos procedimentos de construção de colegiados fortalecidos (PEREIRA *et al.*, 2018, p. 98).

O Entrevistado 1, ao responder o que justifica pensar em turismo numa região de fronteira agrícola, afirmou que é “uma possibilidade para o setor de turismo, um potencial de negócio para a agricultura familiar”. Em relação ao Plano de Turismo, disse que foi elaborado, acerca do Grupo Gestor disse que teve algumas ações, mas os avanços foram mínimos. O Entrevistado 1 declarou que, “sem o envolvimento dos atores que formam o segmento não haverá avanço, principalmente o reconhecimento do setor público”.

Segundo a opinião do Entrevistado 2 sobre o que justifica pensar em turismo numa região de fronteira agrícola, este respondeu que “estamos localizados na Amazônia Mato-grossense, nosso potencial é único no mundo.” Em relação ao Plano de Turismo, ele respondeu que é “Muito bom. Precisamos que vire lei.” Quanto a ter conhecimento da composição do COMTUR disse: “Sim, é formado por instituições públicas e privadas, indicadas pelo trade turístico.” Perguntado se conhece alguma ação do Grupo Gestor também disse: “Sim, o grupo criou a Associação de Empresas da Gastronomia, surgiu a Festival Gastronômico.” Sobre se o Grupo Gestor alcançou resultados esperados, respondeu: “Sim, atingiu todas as metas.” A resposta sobre o andamento dos projetos desenvolvidos pelo Grupo Gestor do turismo no futuro, disse que “Sim, porque já temos produtos e muito potencial para ser explorado”.

O processo de elaboração do Plano de Turismo de Alta Floresta, foi resultado da ação compensatória da Hidrelétrica Teles Pires (CHTP) durante a operacionalização do Método de Abordagem e Estruturação do Plano de Trabalho do Programa de Apoio à Revitalização e Incremento da Atividade de Turismo (P.38). Juntamente com o SEBRAE/MT, contrataram o Instituto Marca Brasil (IMB) para desenvolver o projeto com o objetivo de fortalecer o turismo local no ano de 2012 (UHE TELES PIRES, 2014, p. 9).

A ausência de habilidades técnicas para gestão de grupos é sugerida na insatisfação do setor com a comunicação dos agentes públicos e lideranças de governança ligada ao turismo. As necessidades para melhorar o desenvolvimento da atividade turística podem não estar sendo atendidas.

Os problemas na interlocução no setor de turismo de Alta Floresta podem impossibilitar a continuidade de planejamento de estruturação da atividade iniciada em 2013, mesmo estruturado com o órgão municipal de turismo, conselho municipal e participação do colegiado regional de turismo, participando das discussões, na base não surtirá efeito algum, se não houver diálogo com os atores envolvidos com turismo para as tomadas de decisões.

Assim, a discussão do desenvolvimento do turismo brasileiro passa pelo planejamento de priorização das ações e programas, da descentralização dos fóruns de debates, que tem por finalidade fortificar os laços entre as três instâncias de governo, setor privado e o terceiro setor. Qualificar, fortalecer e ampliar os canais de comunicação fundamenta a gestão descentralizada e compartilhada do MTUR (FRITZEN; RUDZEWICZ; CERETTA, 2015).

Para Brito (2017), a incompreensão do modelo de Gestão Descentralizada e Compartilhada por parte dos envolvidos no processo de estruturação do turismo, leva a exclusão da comunidade local e se distancia da cadeia produtiva do turismo, dando um caráter economicista para a atividade turística. A pesquisa mostra que os entrevistados não se sentem em sua maioria atuantes na política pública de turismo do município, pois revela que a participação não foi satisfatória.

Contudo, para que uma localidade se torne um destino turístico para o mercado consumidor a nível regional, nacional e internacional, é preciso ter planejamento estratégico elaborado e executado integralmente. A etapa da comercialização dependerá de uma boa estratégia de marketing que será o elo entre a existência de produtos turísticos e o mercado consumidor em potencial, conforme as diretrizes do Ministério do Turismo (BRASIL, 2003).

7 Considerações finais

A construção da política pública de turismo do país se fortalece com a participação da sociedade e, estreitam-se as articulações entre as entidades que compõem o Sistema Nacional de Turismo, como forma de interagir para consolidar as estratégias do Programa de Regionalização, especialmente com a Câmara Temática de Regionalização, Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo e Conselho Nacional de Turismo (Gestão Descentralizada).

Concomitantemente, em Alta Floresta ocorreu a mobilização da construção da política pública de turismo com a elaboração do Plano de Turismo pelas vias do trabalho de Gestão em Turismo do programa proposto pela UHE - Hidrelétrica Teles Pires, com a participação de representantes de setores ligados ao turismo, o COMTUR e setor público.

A estruturação de um destino turístico se sustenta no tripé da sustentabilidade, proporcionar acessos aos atrativos, bens e serviços, a atividade precisa conversar com a comunidade no sentido de inclusão, acessível para todos dentro do contexto da acessibilidade. A elaboração do Plano de Turismo precisa ocorrer de forma participativa com o setor, qualificar os atores locais para os atrativos, bens e serviços, permitir o conhecimento a partir do acesso as informações de métodos, procedimentos e cidadania com a criação de um plano de ação visando resultados de médio, curto e longo prazo.

Entretanto, a pesquisa aponta falhas na comunicação entre setor público e o segmento de turismo local. É preciso articular os setores entre si e com a comunidade, visando o fortalecimento do COMTUR, Grupo Gestor, Sociedade Civil Organizada. Há ausência de conhecimento pelos entrevistados sobre as políticas públicas pensadas para o setor, precisam se apropriar dos documentos elaborados pela UHE Teles Pires, pois se trata de investimento do dinheiro público. Uma das dificuldades encontradas, é a obtenção de dados em relação ao turismo local, pois não há facilidade de obter acesso as informações através da internet.

Vale ressaltar que apesar desses fatos ocorridos, a Alta Floresta se manteve incluída no PRT, o que sugeriria manter algumas responsabilidades em andamento como a atualização do município no Mapa do Turismo Brasileiro, a presença em reuniões das regionais e do Estado, e principalmente a participação na ressignificação da região, conhecida agora como região da Amazônia Mato-grossense.

A atividade turística pode vir a ser uma das opções econômicas para a cidade de Alta Floresta. Os dados levantados nos documentos da UHE Teles Pires, que estão disponibilizados no *site* do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), fornecem indicadores de que a região já é conhecida no mercado regional, nacional e internacional.

Portanto, para que a implementação de um planejamento seja efetiva é necessário que os envolvidos na gestão tenham capacidade e habilidades técnicas e principalmente para gestão de grupos. O Plano de Turismo de Alta Floresta apresentou dificuldades na fase de sua implementação, a etapa operacional do planejamento. Com a dissolução do comitê de governança Grupo Gestor, a articulação entre os parceiros do projeto enfraquecera, o que gerou distanciamento entre os atores do turismo local.

Os resultados dessa pesquisa conduzem a conclusão da falta de entendimento do governo municipal dos avanços que representa o Plano de Turismo do Município. Dos benefícios de estar alinhado à Política Nacional do Turismo, de estar no Mapa de Roteirização do Turismo Brasileiro, do acesso aos recursos econômicos do MTUR e do mais importante, da possibilidade de promover o desenvolvimento sustentável do turismo local, na geração de empregos e renda.

Sugere-se que tais questionamentos venham a servir de incentivo para debates, compartilhamento de experiências entre município que possuem semelhante perfil turístico com pretensão de se tornar destinos indutores do turismo. Em conclusão, espera-se que a gestão pública do turismo perceba seu papel efetivo nas articulações interinstitucionais, buscando o diálogo, o compartilhamento das informações e a inclusão da comunidade nas tomadas de decisão.

Referências

ALTA FLORESTA, MT. **Lei Municipal 1350/2004**. Autoriza a criação do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR e dá outras providências. Alta Floresta, MT, 2004. Disponível em: <https://www.altafloresta.mt.leg.br/leis-municipais/ano-2004/lei-1350-2004/view>. Acesso em: 30 out. 2019.

ALTA FLORESTA, MT. **Lei Municipal 2328/2016**. Cria Conselho Municipal de Turismo – COMTUR e dá outras providências. Alta Floresta, MT, 2016. Disponível em: <https://www.altafloresta.mt.leg.br/leis-municipais/ano-2016/lei-2328-2016/view>. Acesso em: 01 out. 2019.

ALTA FLORESTA, MT. **Lei Municipal 882/1999**. Cria o Conselho Municipal de Turismo COMTUR e dá outras providências. Alta Floresta, MT, 1999. Disponível em: <https://www.altafloresta.mt.leg.br/leis-municipais/ano-1999/lei-882-1999/view>. Acesso em: 01 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. **Lex**: dispõe sobre a política nacional de turismo, define as atribuições do governo federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico disponível. Casa Civil [República Federativa do Brasil]. Brasília, DF, 17 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11771.htm. Acesso em: 8 maio 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional**. Coord. L. G. M. Barbosa. Brasília, DF: MTUR, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do turismo brasileiro**. Brasília, DF: MTUR, 2017. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/pdf/mtur_mapa_turismo_brasilei_2017_virtual_14_02.pdf. Acesso em: 8 maio. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2018 - 2022**: mais emprego e renda para o Brasil. Brasília, DF: MTUR, 2018a. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/pdf/PNT_2018-2022.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo**: diretrizes, metas e programas. Brasília, DF: MTUR, 2003. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Portaria nº 119, de 8 de abril de 2016**. Brasília, DF: MTUR, 2016. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/112900495/dou-secao-1-11-04-2016-pg-78?ref=previous_button. Acesso em: 31 maio 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de regionalização do turismo**: diretrizes. Brasília, DF: MTUR, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Roteiros do Brasil**: ação municipal para a regionalização do turismo. Brasília, DF: MTUR, 2007. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/acao_municipal_para_a_regionalizacao_do_turismo.pdf. Acesso em: 15 maio 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo; INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. **Plano aquarela**: marketing turístico internacional do Brasil. Brasília, DF: MTUR; EMBRATUR, 2003. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Plano_Aquarela_2003_a_2006.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo; INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. **Plano aquarela**: marketing turístico internacional do Brasil. Brasília, DF: MTUR; EMBRATUR,

2007. Disponível em:

http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Plano_Aquarela_2007_a_2010.pdf. Acesso em: 9 maio 2019.

BRASIL. Portaria nº. 192, de 27 de dezembro de 2018. Estabelece critérios para a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro. Brasília: Poder Executivo, 2018b. Disponível em:<
<http://www.turismo.gov.br/2018.html?id=12256:Portaria-192-de-27-de-dezembro-de-2018>>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRITO, J. E. S. C. M. **O turismo e as políticas públicas no Município de Barra do Garças (MT):** condicionantes e perspectivas para o desenvolvimento do turismo endógeno no município. 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo)- Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

BRUSADIN, L. B. Estudo da avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 87-111, 2º. sem. 2005.

CARVALHO, A. F. DE. Políticas públicas em turismo no Brasil. **Sociedade e Cultura**, v. 3, n. 1, 5 dez. 2000.

DIAS, R. **Planejamento do turismo:** política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

FRITZEN, F. M.; RUDZEWICZ, L.; CERETTA, C. C. Uma proposta de planejamento turístico e sua aplicação em Pelotas, RS. **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 7, n. 3, p. 423-439, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HALL, C. M. **Planejamento turístico:** políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

IBGE. Cidades. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, DF: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/alta-floresta/panorama>. Acesso em: 22 mar. 2019.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico. **Turismo na Amazônia**. Cuiabá: SEDEC, 2019. Disponível em: <http://www.sedec.mt.gov.br/-/5472014-alta-floresta-se-consolida-no-turismo-de-observacao-e-pesca-esportiva>. Acesso em: 8 maio 2019.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011.

P. 38 - Programa de Apoio à Revitalização da Atividade de Turismo. IMB Instituto Marca Brasil. SEBRAE/MT. Alta Floresta, MT: UHE Teles Pires, 2014.

PALERMO, P.R.A.; G. NETTO, L. R.; CRUZ, P. J. P. Políticas públicas para o desenvolvimento do turismo em Mato Grosso. **Espacio y Desarrollo**, Lima, n.19, p.105-118, 2007.

PEREIRA, L.; BENETTI, A.; OZELAME, A. M.; NÓBREGA, W. R. Planejamento do turismo através de políticas públicas: Análise SWOT dos planos de marketing de turismo no Brasil. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 6, n. 1, p. 90-110, jun. 2018.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Organização: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TONON, L. M. P.; CARDOZO, P. F. Efetivação do planejamento turístico participativo nas políticas públicas de turismo do Paraná. **Revista de Investigación en Turismo y Desarrollo Local**, v. 6, n. 14, p.1-13, jun. 2013.

TRENTIN, F.; FRATUCCI, A. C. Política Nacional de Turismo no Brasil: da municipalização à regionalização. **Tourism & Management Studies**, v. 1, p. 839-848, 2011.

UHE TELES PIRES. **Análise da minuta do Plano Diretor da cidade de Alta Floresta e da minuta do Plano Diretor da cidade de Paranaíta**. P. 38 - Programa de Apoio à Revitalização da Atividade de Turismo. SEBRAE/MT. Alta Floresta, MT: UHE Teles Pires, 2013. Disponível em:

<http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Teles%20Pires/RELAT%C3%93RIOS%20EMESTRAIS/5o%20Relatorio%20Semestral/PROG%20COMPENSAT%c3%93RIO/PARTE%2002%20SE/P.38/ANEXOS/ANEXO%20II%20Analise%20Minuta%20PD.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

UHE TELES PIRES. **Demanda efetiva do turismo na cidade de Alta Floresta - MT**.

UHE TELES PIRES. **Diagnóstico da realidade socioeconômica dos municípios de Alta Floresta e Paranaíta**. P. 38 - Programa de Apoio à Revitalização da Atividade de Turismo. Gryphon Inteligência de Mercado Alta Floresta. SEBRAE/MT. Alta Floresta, MT: UHE Teles Pires, 2013.

UHE TELES PIRES. **Diagnóstico sobre o setor de turismo nos municípios de Alta Floresta/MT e Paranaíta/MT**. P. 38 - Programa de Apoio à Revitalização da Atividade de Turismo. Ictus Consultoria de Turismo. SEBRAE/MT. Alta Floresta, MT: UHE Teles Pires, 2013.

UHE TELES PIRES. **Inventário da oferta turística dos municípios de Alta Floresta e Paranaíta**. P. 38 - Programa de Apoio à Revitalização da Atividade de Turismo. SEBRAE/MT. Alta Floresta, MT: UHE Teles Pires, 2013.

UHE TELES PIRES. **Plano de Desenvolvimento do Turismo Municipal**. P. 38 - Programa de Apoio à Revitalização da Atividade de Turismo. IMB Instituto Marca Brasil. SEBRAE/MT. Alta Floresta, MT: UHE Teles Pires, 2014. Disponível em:
<[http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Teles%20Pires/RELAT%C3%93RIOS%20SEMESTRAIS/POS%20LO%20%201o%20Relatorio%20Semestral%20\(CARTA%20289_2015\)/PROG%20COMPENSAT%c3%93RIO/PARTE%2002%20SE/P.38/DOC_PLANO_DE_](http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Teles%20Pires/RELAT%C3%93RIOS%20SEMESTRAIS/POS%20LO%20%201o%20Relatorio%20Semestral%20(CARTA%20289_2015)/PROG%20COMPENSAT%c3%93RIO/PARTE%2002%20SE/P.38/DOC_PLANO_DE_)



DESENVOLVIMENTO_DO_TURISMO_DE_ALTA_FLORESTA.pdf . Acesso em: 15 ago. 2019. UHE TELES PIRES. **Programa de Apoio à Revitalização e Incremento da Atividade de Turismo** – p. 38. 2011. Disponível em: <http://www.uhetelespires.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/P-38-Programa-de-Apoio-%C3%A0-Revitaliza%C3%A7%C3%A3o-e-Incremento-da-Atividade-de-Turismo.pdf> . Acesso em: 10 ago. 2019.

UHE TELES PIRES. **Relatório semestral de atividades realizadas 2013**. Disponível em: <http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidretricas/Teles%20Pires/RELAT%C3%93RIOS%20SEMESTRAIS/3o%20Relatorio%20Semestral/Programas%20Compensat%C3%B3rios/Parte%202%20Socioecon%C3%B4micos/P.38/CHTP.RS03.P38%20022013.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.